



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Feminicídio mata mais as negras

Levantamento divulgado ontem mostra que 5.729 feminicídios ocorreram entre 2021 e 2024, e que 62,6% das vítimas eram mulheres pretas ou pardas. Maioria dos agressores eram companheiros ou ex

» RAFAELA BOMFIM*

A proximidade do Dia Internacional da Mulher, celebrado no domingo, 8 de março, evidencia um cenário persistente de violência letal. Levantamento divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra que o feminicídio segue atingindo majoritariamente mulheres adultas, sobretudo negras, dentro de suas próprias casas e, em muitos casos, pelas mãos de parceiros ou ex-companheiros. Em 2025, segundo o estudo, foram 1.568 feminicídios no país. É o maior número dos últimos dez anos, aumento de 4,7% em relação a 2024. O levantamento também fez uma análise mais aprofundada com os 5.729 crimes do tipo ocorridos entre 2021 e 2024.

Desse, 3.587 eram mulheres negras, o equivalente a 62,6% dos registros, enquanto 2.107 eram brancas, representando 36,8%. Indígenas e amarelas somam 0,3% dos casos. Metade das vítimas tinha entre 30 e 49 anos, faixa etária considerada produtiva e reprodutiva.

O grupo de 30 a 39 anos concentra 28,3% das ocorrências, seguido por 40 a 49 anos, com 21,7%. Embora adolescentes e crianças também apareçam nas estatísticas — 5,1% têm até 17 anos — a incidência maior recai sobre mulheres adultas. Já em relação aos autores, 59,4% eram companheiros das vítimas, 21,3% ex-companheiros e 10,2% outros familiares, reforçando o caráter doméstico dos crimes.

Para o Fórum, os números indicam que a violência contra mulheres negras não pode ser analisada apenas sob a ótica de gênero. “Mulheres negras estão, em média, mais expostas a condições de vulnerabilidade socioeconômica, menor acesso a serviços públicos de proteção e maior presença em territórios marcados por precariedade institucional”, destaca o estudo.

Minervino Junior/CB/D.A Press



Marcha das Mulheres Negras, realizada na capital federal em novembro, clamou por direitos e pelo fim da violência racial e de gênero

Proteção

O enfrentamento ao feminicídio esteve no centro da participação da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), ontem, na II Conferência de Segurança Pública, em Brasília. Ela apresentou resultados do Programa Antes que Aconteça, que coordenou, e defendeu o fortalecimento da rede de atendimento. Em palestra, ela defendeu que a emissão de medidas protetivas com agilidade pode reduzir os casos de feminicídio.

A parlamentar também relatou experiência pessoal ao tratar de formas sutis de agressão. “Violência doméstica não é apenas física. Há vigilância, isolamento, controle. É tão

sutil que você não percebe”, disse. Ela descreveu situações de monitoramento e restrição de convívio social como comportamentos que antecedem agressões mais graves. “Ciúme não é demonstração de amor. Vigilância é desconfiança”, declarou.

Também apelou para a participação masculina no enfrentamento. “Vocês estão em grupos e conversas onde nós não estamos. Podem dizer: ‘Essa fala não foi legal’. Se fosse com sua filha, você não gostaria”, afirmou, ao relatar episódio em que contestou comentário considerado inadequado em grupo de colegas parlamentares.

* Estagiária sob a supervisão de Victor Correia

» Estupro no RJ

Os últimos dois suspeitos de estupro uma jovem de 17 anos em um apartamento de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, entregaram-se ontem à Justiça. Vitor Hugo Simonin, de 18 anos, e Bruno Felipe dos Santos, 18, estavam foragidos e se apresentaram a delegacias na capital fluminense. Matheus Veríssimo Zoel Martins, de 19, e João Gabriel Xavier Bertho, também de 19, já haviam se entregado na terça-feira. Os quatro são réus por estupro coletivo e cárcere privado, e teriam atraído a garota para o local com o objetivo de cometer o crime, em janeiro deste ano. Parte dos acusados também é suspeita de participar de um segundo estupro, que teria ocorrido em 2023 na casa de Matheus. A vítima teria, à época, 14 anos de idade, e não denunciou o crime por medo de retaliações, segundo sua mãe, que denunciou o caso à polícia. Além de Matheus, os investigadores apuram se os outros suspeitos também participaram do caso, descoberto após a primeira denúncia.

» Entrevista | REEM ALSALEM | RELATORA ESPECIAL DA ONU

Guerras impõem retrocesso dos direitos

» GABRIELLA BRAZ

A escalada de conflitos armados, como as guerras entre Rússia e Ucrânia e no Oriente Médio, alerta para as violações de direitos de grupos civis, especialmente para o aumento da violência contra as mulheres.

Em entrevista ao **Correio**, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, destacou a negligência dos territórios e apontou retrocessos nos direitos das mulheres. Natural da Jordânia, ela atua no cargo independente desde 2021, e esteve no Brasil para uma aula magna na Universidade de Brasília (UnB).

“Desde Gaza, onde a maioria das vítimas eram mulheres e crianças, houve um declínio significativo na proteção”, pontua. “Qualquer ataque deve se esforçar para diferenciar entre alvos civis e não civis, e isso está sendo ignorado de forma drástica”.

A relatora citou como exemplo o ataque de Israel e dos Estados Unidos a uma escola no Irã, no último sábado, que matou 153 meninas e feriu mais de 90, segundo o governo iraniano.

Além dos ataques armados, Alsalem alerta contra outros tipos de agressões. “Vemos o uso deliberado

da violência sexual como estratégia de guerra e subjugação da comunidade. Vemos ataques deliberados a instalações de saúde e até mesmo a maternidades”, relata.

Dados alarmantes

Para a relatora, os dados sobre feminicídios no mundo representam o desafio mais alarmante, atingindo números epidêmicos. Mesmo altos, ela destaca que as ocorrências são “apenas a ponta do iceberg” devido à subnotificação dos casos.

“Em 2024, a ONU estimou que 83.000 mulheres foram mortas por feminicídio, e que cerca de 60% desses casos foram cometidos por parceiros íntimos ou familiares”, disse. Um dos motivos da subnotificação é a tipificação do crime. Ao contrário do Brasil, que tem classificação específica para o crime de feminicídio, alguns países tratam as ocorrências simplesmente como homicídios.

A escalada da violência também é preocupante no ambiente digital. Embora as discussões sobre o tema tenham ganhado fôlego, a especialista classifica a atuação pública como aquém do necessário.

“Os governos estão percebendo que precisam impor ou ter

Reprodução



Vemos o uso deliberado da violência sexual como estratégia de guerra, ataques a instalações de saúde e até mesmo a maternidades”

regulamentações que governem o espaço da internet, que também sejam obrigatórias para as plataformas digitais, para realmente prevenir o

abuso e a violência contra mulheres e meninas, incluindo não apenas ameaças, mas também o compartilhamento não consensual de

imagens, como os deepfakes, que estão em níveis epidêmicos”, comenta.

Direitos questionados

Alsalem também apontou retrocessos em relação a direitos já conquistados pela luta feminista. “Talvez tenhamos dado esses direitos como garantidos, mas agora eles estão sendo questionados novamente”, lamenta.

“A situação das mulheres no Afeganistão é o melhor exemplo de como metade da população mundial pode ser apagada, marginalizada, controlada, subjugada e excluída”, comenta. “Infelizmente, o mundo permitiu que isso acontecesse. Aliás, esta é a segunda vez que isso ocorre, pois o Talibã já estava no poder”, frisou.

Relatora da ONU também destacou que a garantia dos direitos essenciais passa pela participação feminina nos espaços decisórios. “É absolutamente necessário que as mulheres atuem mais na política”, declara. “Eu quero dizer que a política é predominantemente um ambiente masculino, os homens é que determinam as regras na política, é possível mudar a situação das mulheres se as mulheres atuarem”, enfatizou.

LEGISLATIVO

Câmara aprova PEC da Segurança

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados com orientação contrária somente da Federação PSol-Rede. O placar foi de 461 votos favoráveis e 14 contrários.

O texto, relatado pelo deputado federal Mendonça Filho (União-PE), promove a reestruturação do sistema de segurança no país, com a criação de mecanismos de integração entre União, estados e municípios. A matéria segue agora para análise do Senado.

Momentos antes da aprovação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), enalteceu o trabalho de Mendonça Filho na relatoria.

“A pauta da segurança pública é uma urgência nacional. A violência hoje é o maior problema do país. Entregamos hoje ao cidadão uma resposta desta Casa. O relator recorreu a praticamente todas as bancadas, assim como representantes do Governo. Tivemos mais de 40 audiências públicas, essa ampla escuta foi fundamental para a construção deste texto final”, disse Motta.

Ao longo das discussões, parlamentares divergiram sobre pontos centrais do texto. O deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) classificou a proposta como a mais rigorosa já analisada pelo Congresso em suas legislaturas, mas lamentou a retirada da redução da maioria penal do relatório final. “Estava previsto no texto a redução de 18 para 16 anos, eu pessoalmente acho pouco, acho que deveria ser 14 anos de idade”, declarou.

Já Chico Alencar (PSol-RJ), reconhecendo avanços no texto, apresentou ressalvas. “Nós valorizamos tanto as guardas municipais de proteção ao patrimônio público, de orientação da cidadania, mas a criação de polícias municipais pode ser um problema”, declarou.

PT aponta críticas

Momentos antes da votação da PEC, inicialmente proposta pelo governo federal, a Bancada do PT na Câmara, liderada por Pedro Uczai (SC), apresentou um conjunto de críticas ao substitutivo do relator, elencando dez pontos de preocupação.

O partido afirma que o novo texto enfraquece o papel da União na coordenação das políticas de segurança, limita a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública pela esfera federal e inclui dispositivos que podem reduzir garantias fundamentais.

Ao **Correio**, Uczai afirmou que, apesar das divergências, houve construção de entendimento para viabilizar a votação. Segundo ele, a bancada buscou retirar pontos considerados inconstitucionais e preservar garantias, mantendo, contudo, posição crítica em relação ao desenho final aprovado.

O texto estabelece diretrizes nacionais para integração de dados, padronização de procedimentos e cooperação operacional entre Polícia Federal, polícias civis e militares, corpos de bombeiros e guardas municipais.

A implementação deverá ocorrer por meio de leis complementares e ordinárias que regulamentarão o funcionamento do sistema, além da pactuação federativa para definir responsabilidades. A expectativa é de que a União coordene as diretrizes gerais, enquanto estados e municípios executem as ações de forma integrada.